



**ILAESE**



# **Um estudo das finanças públicas de Belo Horizonte com ênfase na Educação**

## **Apresentação**

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos sob coordenação de Gustavo Henrique Lopes Machado.

Este estudo tem por objetivo analisar as finanças públicas de Belo Horizonte, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da educação.

Todas informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. No fundamental, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional (Siconf, FNDE), IBGE e o Diário Oficial do município de Belo Horizonte.

## ÍNDICE

### Sumário

<u>Introdução.....</u>	<u>3</u>
<u>1 - Não existe crise de arrecadação em Belo Horizonte.....</u>	<u>4</u>
<u>Receita para cálculo do piso na Educação não caiu.....</u>	<u>5</u>
<u>2 - Gasto com Pessoal: uma das situações mais cômodas do país.....</u>	<u>8</u>
<u>3 - Investimentos cada vez menores em Educação.....</u>	<u>11</u>
<u>Investimentos totais em Educação.....</u>	<u>11</u>
<u>Piso constitucional da Educação Básica.....</u>	<u>12</u>
<u>Gastos com os profissionais do magistério na Educação Básica.....</u>	<u>13</u>
<u>Investimentos nos docentes do ensino infantil e fundamental.....</u>	<u>15</u>
<u>Composição do quadro de docentes de Belo Horizonte.....</u>	<u>17</u>
<u>4 - FUNDEB é apenas uma receita complementar.....</u>	<u>20</u>
<u>Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação.....</u>	<u>20</u>
<u>6 - O avanço da terceirização.....</u>	<u>22</u>
<u>Conclusões.....</u>	<u>24</u>

# Introdução

Nesse último período, muitas são as justificativas para o menor investimento em serviços públicos essenciais como é o caso da educação, da saúde, do transporte etc. Os argumentos mais comumente utilizados são a crise econômica atual e a necessidade de cumprir com os requisitos legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, muitas vezes se fala na possibilidade da cidade se transformar em um novo Rio de Janeiro, tendo em vista o atual colapso de suas finanças estatais.

Acreditamos que nenhum desses argumentos são, em si mesmos, válidos, ainda que a crise econômica seja uma realidade. O que deve prevalecer, em primeiro lugar, são as necessidades da população e da classe trabalhadora de Belo Horizonte e não os requisitos legais para atender a demanda de bancos e empresas privadas. Mesmo assim, no caso de Belo Horizonte, ainda que assumamos como válidos esses argumentos, nenhum se aplica a Prefeitura Municipal no momento atual.

Como iremos ver no curso deste Estudo, não existe crise de arrecadação na prefeitura de Belo Horizonte. Nem mesmo a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma ameaça atualmente. No entanto, o que realmente existe é uma crise na educação, convivendo com recursos cada vez mais reduzidos.

Vamos, porém, aos números e sua interpretação. Como veremos, não existe justificativa válida para negar a ampliação nos investimentos do setor, unificação das carreiras ou qualquer outra melhoria das condições econômicas dos servidores que a integram.

# 1 – Não existe crise de arrecadação em Belo Horizonte

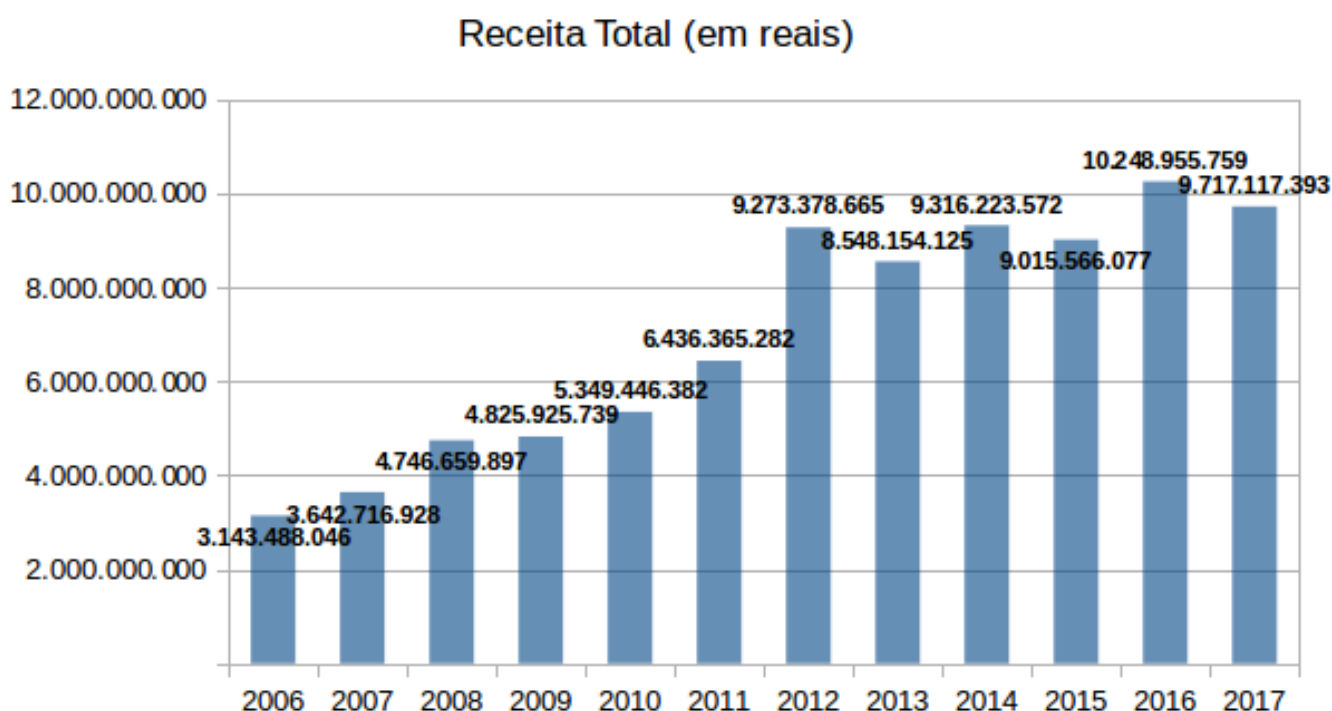
Já se iniciou uma grande campanha nos meios de comunicação da capital mineira a respeito da queda de receita em 2017 na capital mineira. Esse fato, certamente, já está sendo utilizado para justificar todo tipo de ataque aos servidores municipais. De fato, houve uma queda na receita total do município de pouco mais de 5%.

## PBH registra queda na receita e fecha ano no vermelho: déficit é de R\$ 319 milhões

Município registrou uma queda de quase 5,2% na arrecadação do ano passado em relação a 2016

Redação Sou BH - 23/02/18 as 12:07 - Atualizado em 23/02/18 as 14:59

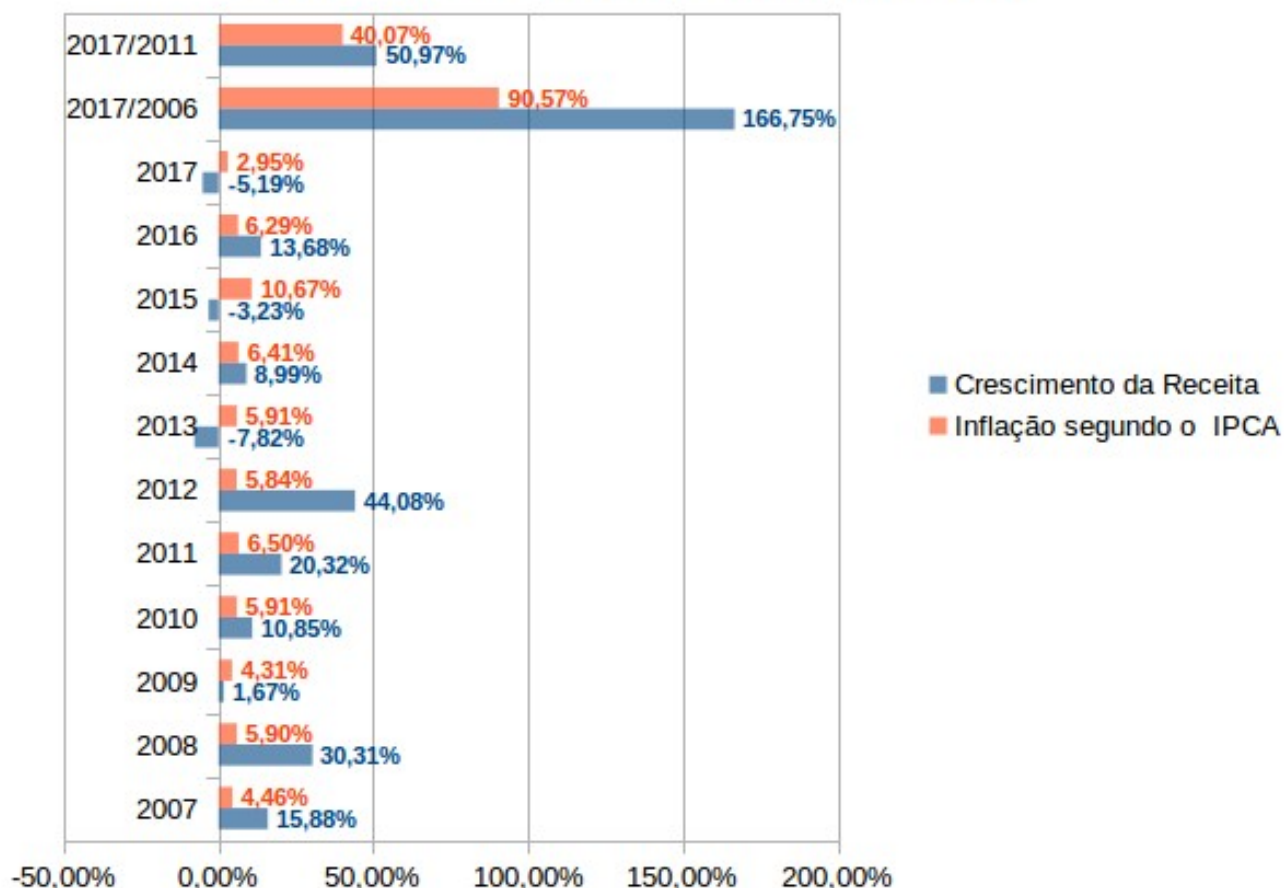
No entanto, o que essa campanha não diz é que a queda na arrecadação de Belo Horizonte ocorre após anos de crescimento acumulado, em média, superior a inflação do município. Vejamos abaixo a a variação da Receita Total do Município desde 2006.



Fonte: Diário Oficial do Município e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, a arrecadação do município de Belo Horizonte de fato caiu em 2017. Apesar disso, cresceu de forma continuada em praticamente todos os anos entre 2006 e 2017. Para que se tenha uma ideia mais nítida desse crescimento, indicamos abaixo a evolução percentual das receitas em relação ao índice da inflação medido pelo IPCA-IBGE.

## Crescimento da Receita versus Inflação (IPCA)



Fonte: Diário Oficial do Município e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

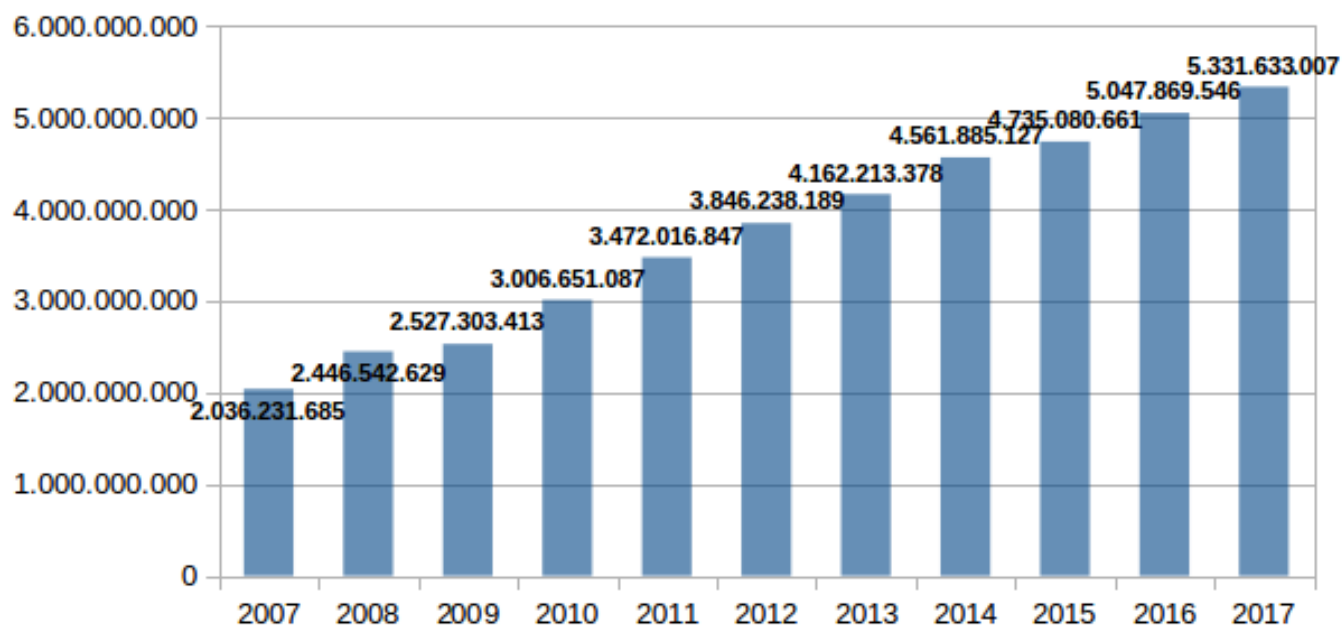
Como se constata, o crescimento da arrecadação da capital mineira supera em larga margem a inflação. No acumulado, entre 2006 e 2017, enquanto a inflação cresceu 90,57%, a Receita total de Belo Horizonte cresceu 166,75%. Se considerarmos um período mais recente, entre 2012 e 2017, o cenário é o mesmo. Enquanto a inflação cresceu 40,07%, a arrecadação cresceu 50,97%.

**Entre 2006 e 2017, quando a inflação cresceu 90,57% a arrecadação da PBH cresceu 166,75%.**

## Receita para cálculo do piso na Educação não caiu

No entanto, se houve uma queda da Receita Total em 2017, o mesmo não se deu com todas as receitas. Para medir o piso constitucional de 25% a ser aplicado na educação não se usa a Receita Total do município, mas apenas a Receita por Impostos e Transferências. Esta receita é apenas uma fatia reduzida da receita total do município. Essa fatia, por seu turno, não teve queda na arrecadação em 2017. Na verdade, em ano algum, como indicamos a seguir.

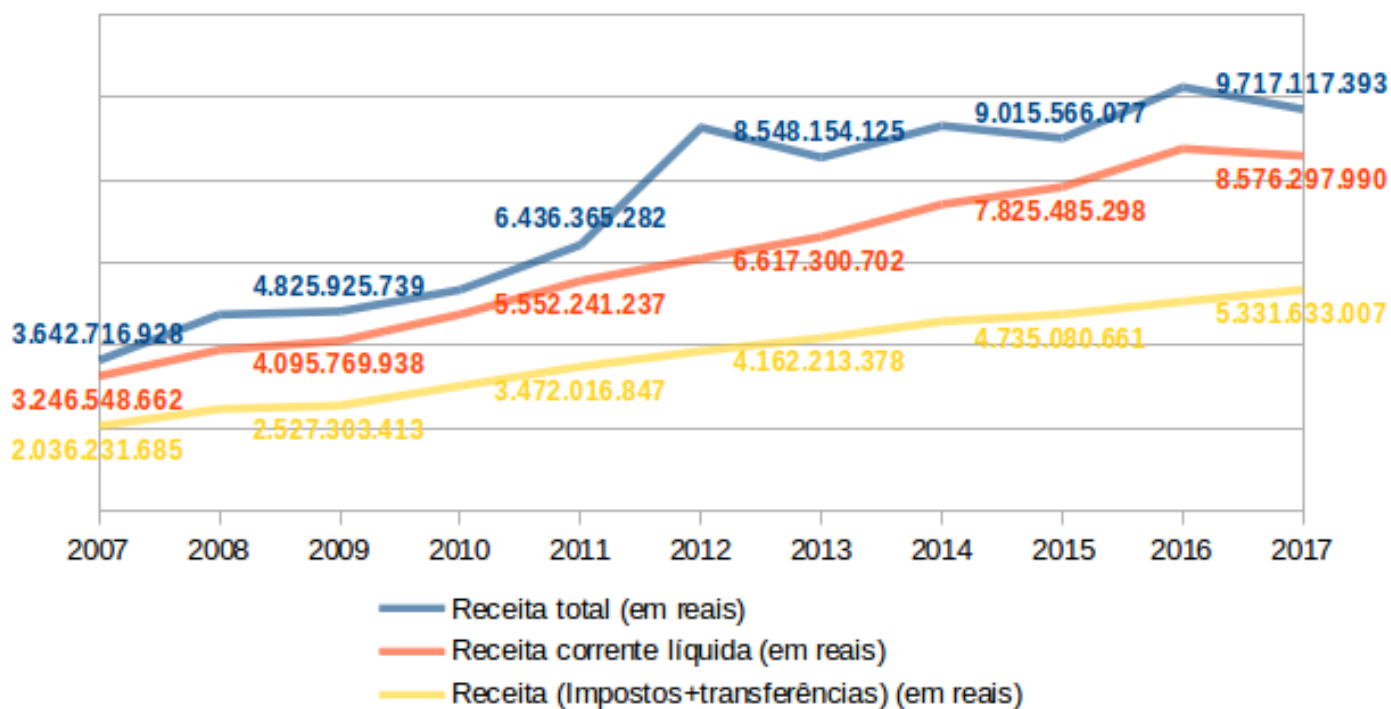
## Receita por Impostos e Transferências (em reais)



Fonte: Diário Oficial do Município e FNDE. Elaboração: ILAESE

A Receita por impostos e Transferência, base para o cálculo do piso constitucional da educação, cresceu, em 2017, 5,6%. Em todo o período histórico considerado esse crescimento foi de 130,72%. Para que possamos entender esse aspecto, indicamos a evolução dos vários tipos de receitas do município de Belo Horizonte.

## Evolução dos tipos de receitas

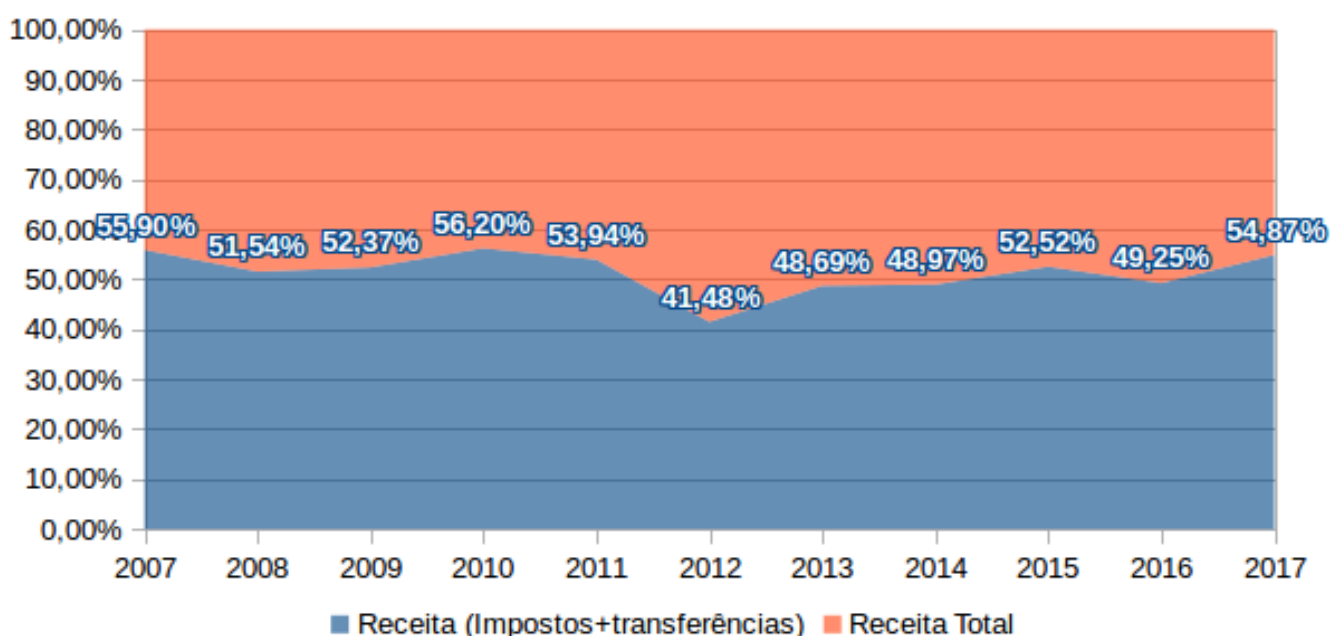


Fonte: Diário Oficial do Município, FNDE e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

A **Receita Total** considera toda arrecadação do município, seja qual for a origem. Ela não é usada para o cálculo de nenhum piso constitucional. A **Receita Corrente Líquida** leva em conta apenas a arrecadação periódica (corrente) não considerando, por exemplo, o superavit do ano anterior. Essa receita é usada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já os pisos constitucionais da educação e saúde, como dissemos, são calculados com base nas **Receitas de de Impostos e Transferências**, que é a menor de todas receitas anteriores. Apenas em 2017, esta receita sobre a qual incide o piso foi quase 1,6 bilhões de reais inferior a Receita Total. Isto pode ser melhor visualizado no gráfico que se segue:

**Percentual da Receita Por Impostos e Transferências**



**Fonte:** Diário Oficial do Município, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver acima, a receita proveniente de impostos e transferência, em 2017, é apenas 54,87% da Receita Total. Isso significa que o piso mínimo constitucional de 25% para a educação básica, em verdade, em 2017, mal chega a 13% das receitas totais de Belo Horizonte. Esses 25% constituem, portanto, um mito. Mesmo assim, só com muita dificuldade a prefeitura municipal cumpre essa lei absolutamente insuficiente, como veremos mais adiante.

Esses dados já indicam o quão insuficiente é a lei atualmente em vigor. No entanto, esta lei determina apenas um piso a ser investido, piso este que pode ser ultrapassado.

**Em 2017 a receita que mede o piso mínimo constitucional da educação básica equivale a pouco mais da metade da receita de Belo Horizonte.**

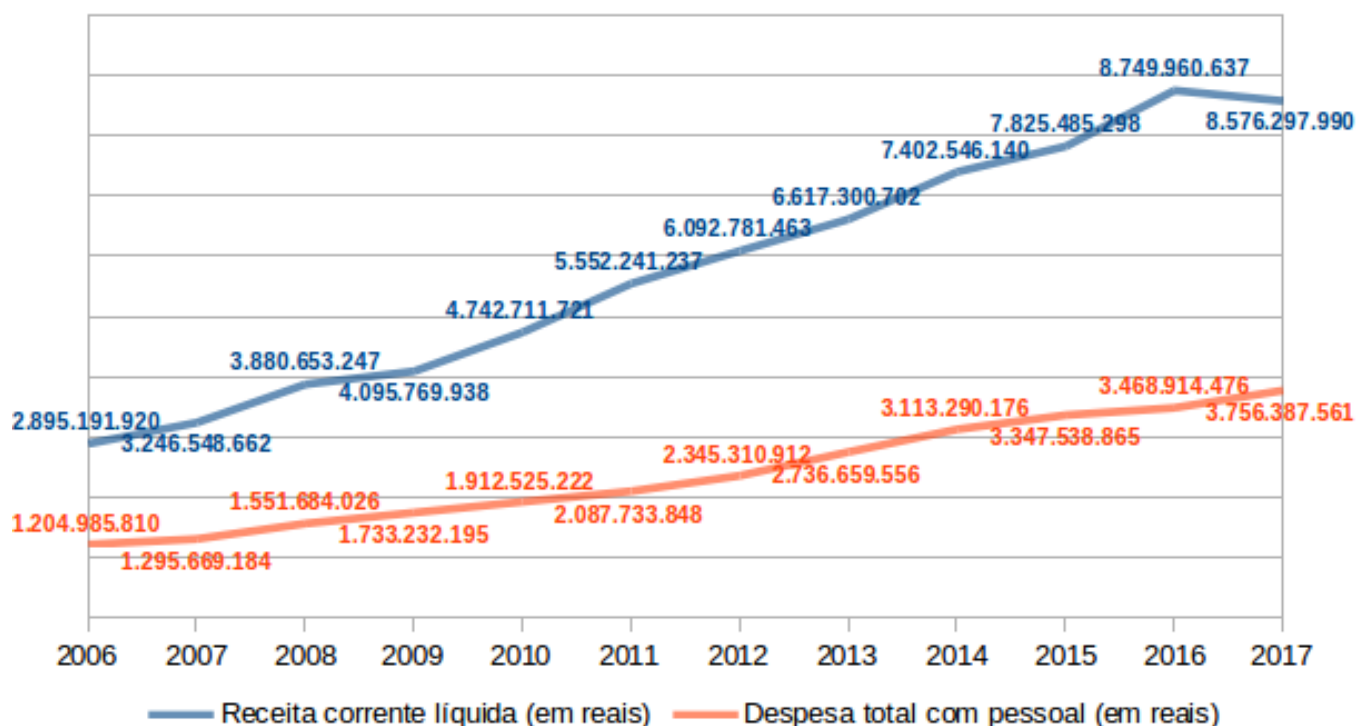
## 2 – Gasto com Pessoal: uma das situações mais cômodas do país

No Brasil está em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe barreiras absolutas que impedem o aumento de investimentos em pessoas. Esta lei incorporou e aprofundou a chamada Lei Camata, de 1999, estabelecendo o limite de 60% da receita com funcionários para Estados e municípios. Já o limite para o gastos no poder executivo, onde se encontra os servidores da educação, é de 54% do orçamento.

Esta lei não existe sem razão. O objetivo é garantir o pagamento da dívida pública. Com esse critério, se privilegia as despesas financeiras em relação aquelas ligadas as necessidades essenciais da população como saúde, educação, transporte e aposentadoria. Apesar desta lei absurda, que privilegia o pagamento da dívida pública frente aos demais serviços, os gastos com pessoal no município de Belo Horizonte estão bem abaixo do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A situação de Belo Horizonte é uma das mais cômodas do país nesse quesito. No gráfico abaixo indicamos, no período entre 2006 e 2017, a correlação entre a Receita Corrente Líquida e os gastos com pessoal:

Receita Corrente Líquida e Despesas com Pessoal

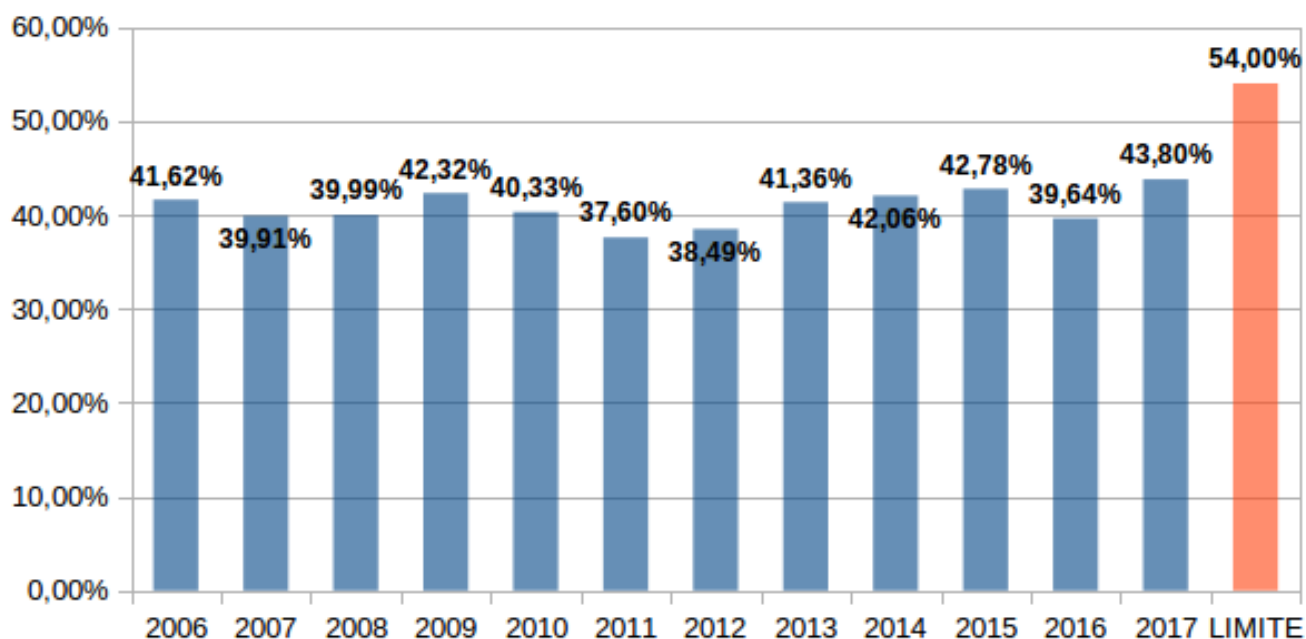


Fonte: Diário Oficial do Município e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

É justamente a Receita Corrente Líquida que é utilizada como base para o cálculo Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o executivo do município pode gastar até 54% da receita corrente líquida em pessoal e encargos. Em um sem-número de municípios essa lei tem servido de desculpa para que os servidores em educação do município não recebam aumento. Em Belo Horizonte, este quadro definitivamente não existe, como podemos ver no gráfico que se segue:



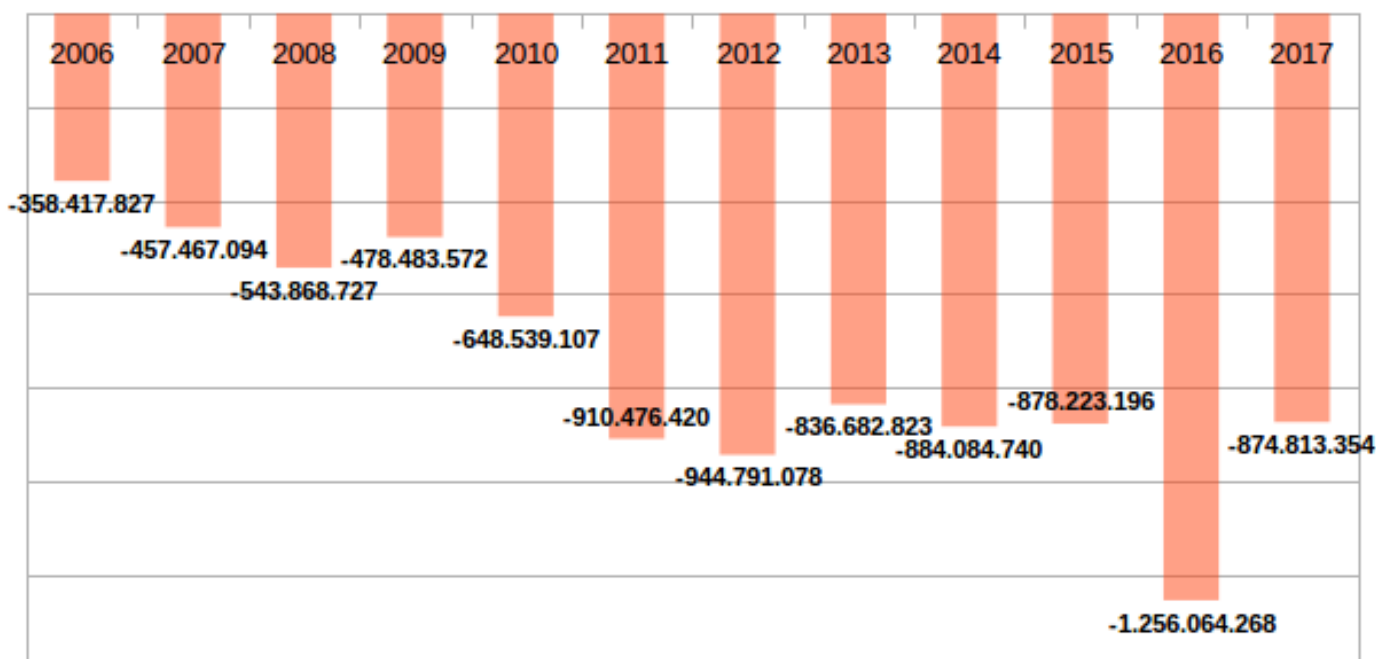
## Percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal



Fonte: Diário Oficial do Município e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

O espaço que existe para aplicação de recursos em pessoal (incluindo educação) é expressivo. Para se ter uma ideia, indicamos no gráfico abaixo, os recursos disponíveis, em conformidade com a LRF, para serem gastos com os servidores públicos, mas que não foram usados pela prefeitura de Belo Horizonte.

## Perdas Lei de Responsabilidade Fiscal (em reais)

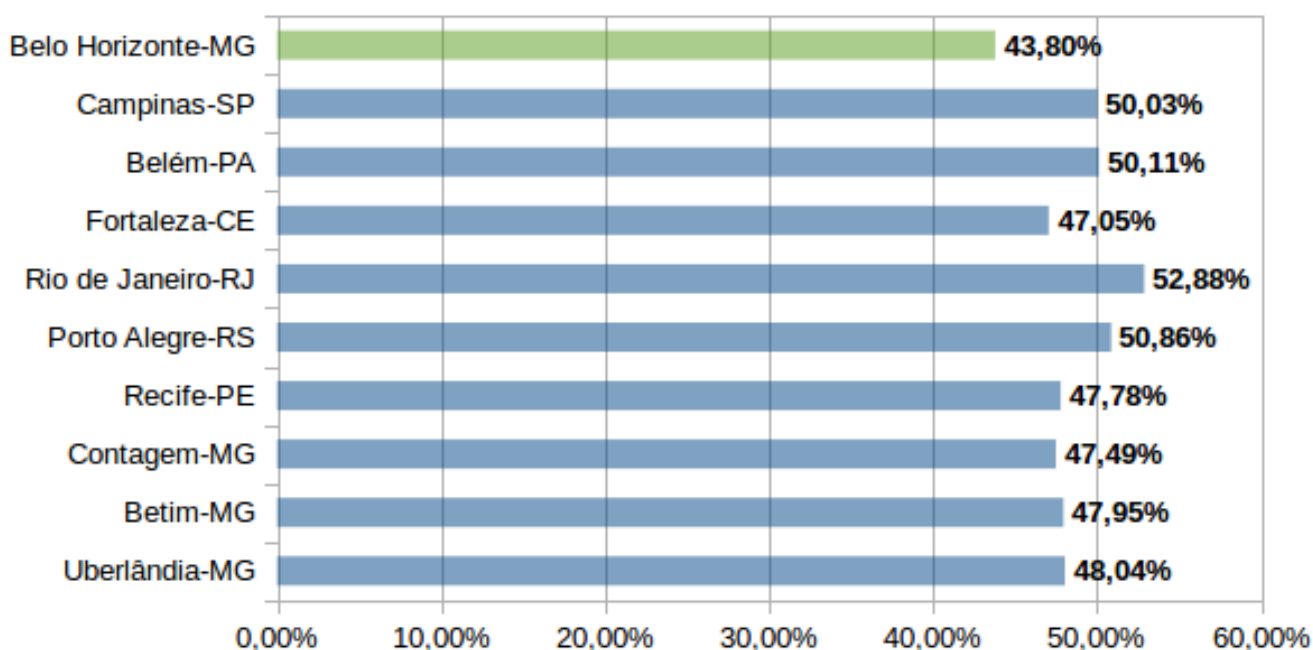


Fonte: Diário Oficial do Município e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

**Somente em 2017 o espaço para gastos com Pessoal tendo em vista a Lei de responsabilidade fiscal foi de 874 milhões de reais. Esse valor superou 1 bilhão de reais no ano anterior.**

Belo Horizonte possui uma das situações mais cômodas do Brasil quando o assunto é o limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Indicamos abaixo os gastos com pessoal em algumas das cidades de grande porte do Brasil e do Estado de Minas Gerais:

**Percentual Gasto com Pessoal em relação à RCL**



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Dos grandes municípios brasileiros, São Paulo é o único que possui ainda mais espaço que Belo Horizonte para gastos em pessoal. Todos demais, ocupam mais de 47% de sua Receita Corrente Líquida com pagamento dos servidores públicos. Belo Horizonte, como vimos, mesmo em um ano marcado pela queda da receita temos um espaço enorme, já que o município não atinge sequer 44% em gastos com pessoal.

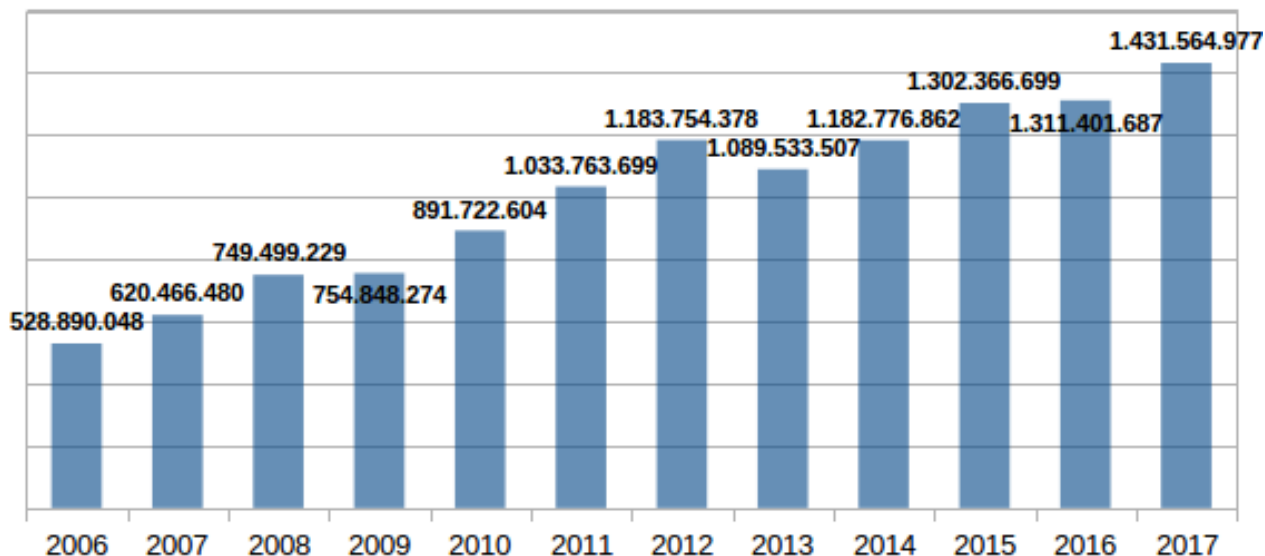
**Apesar dos enormes espaços existentes, a Lei de Responsabilidade Fiscal é absurda: privilegia o pagamento da dívida pública em relação à serviços essenciais. Tal lei deve ser combatida.**

### 3 – Investimentos cada vez menores em Educação

#### Investimentos totais em Educação

Se os gastos com pessoal se mostram muito aquém do espaço reservado pela LRF, o mesmo se verifica nas despesas destinadas à Educação, se comparada com a arrecadação da prefeitura. No gráfico abaixo, indicamos a evolução das despesas específicas com a educação.

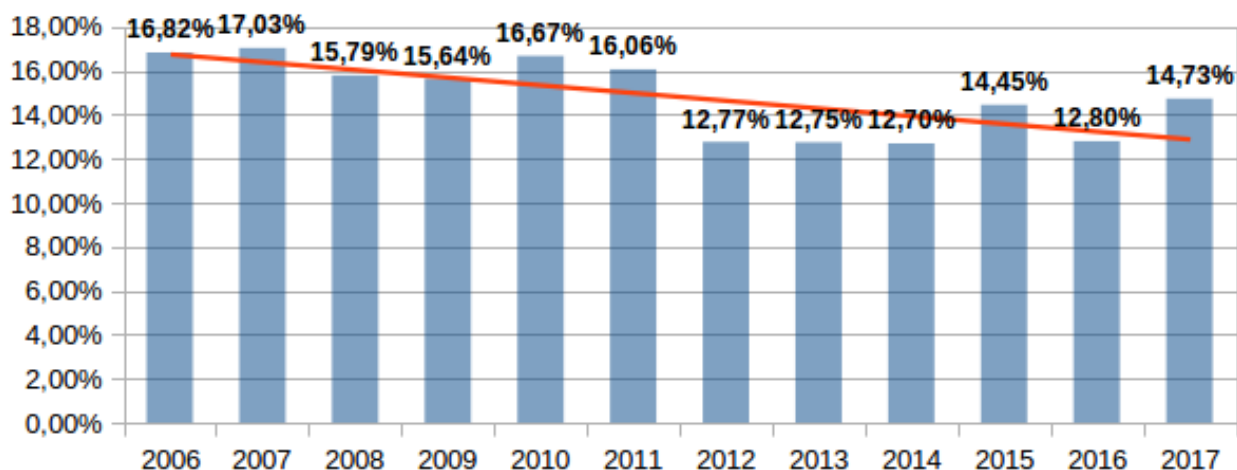
Evolução dos Gastos em Educação (em reais)



Fonte: Diário Oficial do Município, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Para melhor visualizar o significado desses números, indicamos abaixo o percentual gasto em Educação no município em relação a Receita Total.

Percentual gastos em educação em relação à Receita Total



Fonte: Diário Oficial do Município, FNDE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como se vê, o crescimento em 2017 é aparente. O percentual em educação se ampliou no último ano em função da redução na Receita total. No entanto, historicamente, é notório a redução da fatia na Receita Total destinada à educação. Até 2011 esse percentual era sempre superior aos 15%, valor não mais atingido após esta data. Indicamos na linha em vermelho a curva de tendência na evolução dos gastos com educação no município.

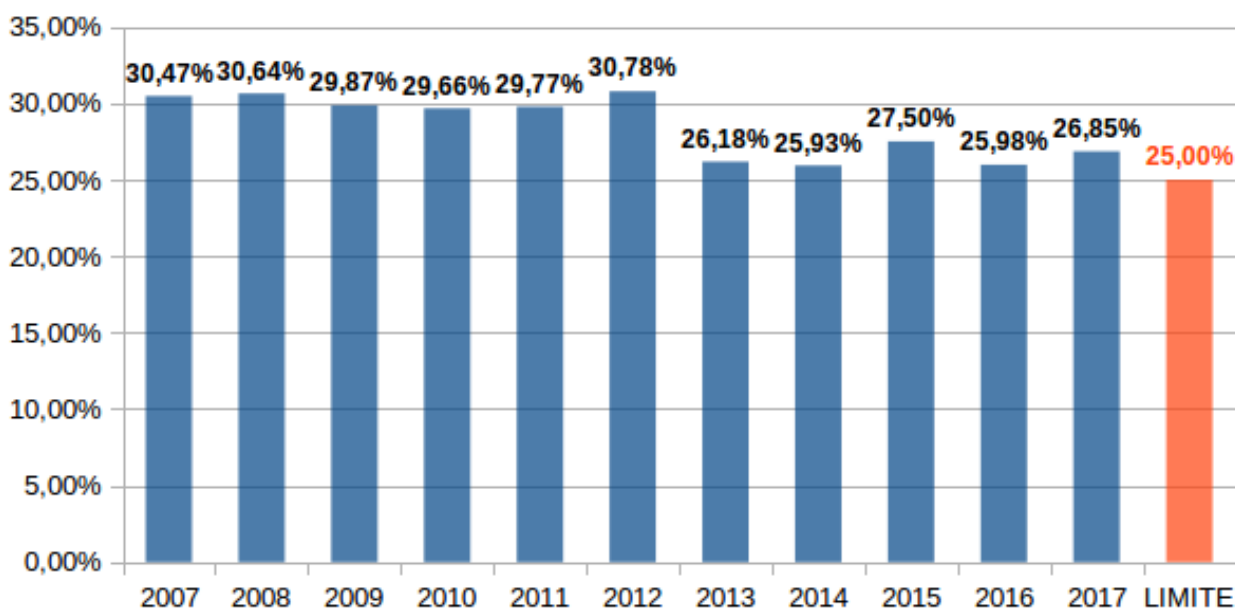
Mas como já tratamos, nenhum desses valores são utilizados para estabelecer os valores mínimos aplicados na educação. Para o cálculos dos 25% constitucionais a ser aplicado na Educação Básica se considera, como vimos, apenas a Receita oriunda de impostos e transferência. Tratamos desse índice a seguir.

**A tendência dos investimentos totais em educação é de queda nos últimos 10 anos.**

## Piso constitucional da Educação Básica

O que é impactante na análise dos gastos e receitas da prefeitura de Belo Horizonte é a fatia destinada a educação básica. O piso constitucional de 25% a ser investido na Educação (que como vimos, na verdade não é bem 25%) incide apenas sobre a Educação Básica (ensino infantil e fundamental). Ocorre que, desde 2013, os gastos em educação básica do município estão sempre próximos desse limite. Indicamos abaixo os gastos em educação básica na capital mineira. Mais ainda, a prefeitura descumpriu a Lei Orgânica do município (LOMBH), que prevê o percentual mínimo de 30% do orçamento para investimento em educação.

Mínimo constitucional nacional a ser aplicado na Educação



Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

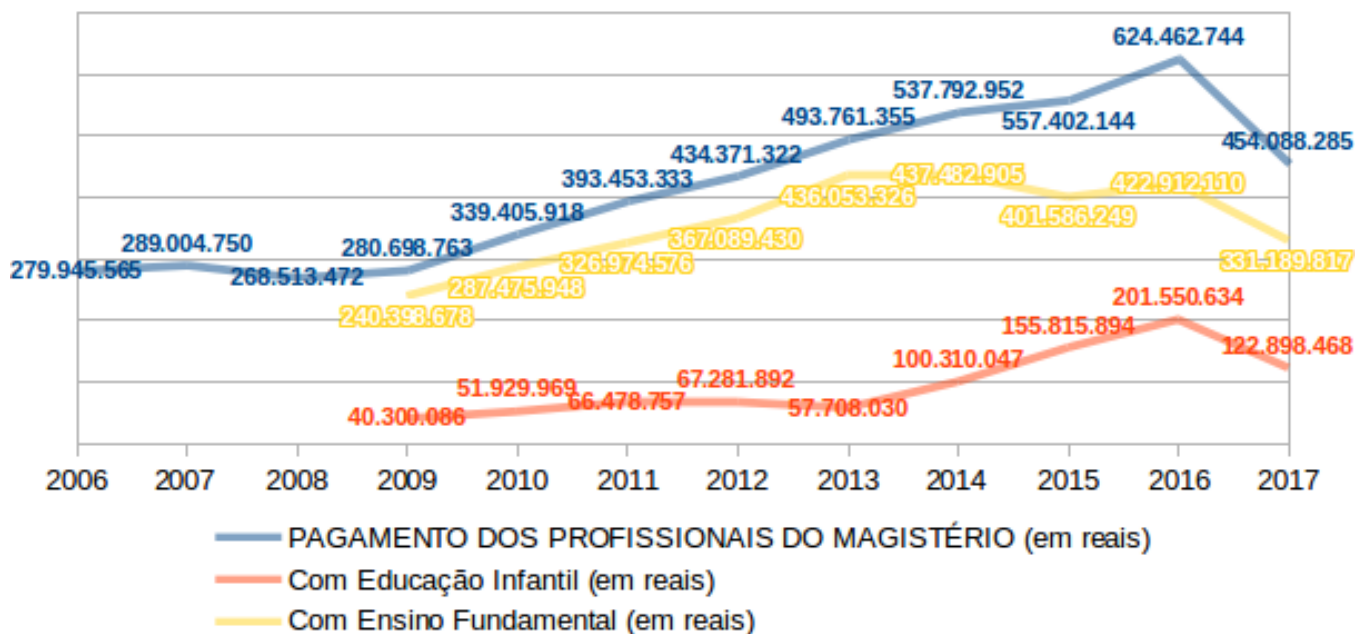
Cabe lembrar que, ainda em 2012, o ministro em vigor do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli arquivou a uma Ação Cautelar (AC 3272) ajuizada pela Prefeitura de Belo Horizonte (MG) com o objetivo de suspender a eficácia do artigo 160 da Lei Orgânica do município. Nesse sentido, o presente dispositivo continua em vigor. Foi, portanto, descumprido pela prefeitura em quase todos os anos desde 2009. Desde 2013 a prefeitura gasta um valor próximo do limite mínimo constitucional, sempre próximo aos 25%. A tendência é inquestionavelmente de queda, passando de uma média superior a 30% antes de 2013 para um valor sempre próximo de 25% nos anos seguintes:

**A prefeitura de Belo Horizonte está no limite do piso constitucional para a educação básica. E descumpri a lei orgânica municipal que prevê um investimento de 30% na educação.**

## Gastos com os profissionais do magistério na Educação Básica<sup>1</sup>

Ora, no cenário indicado acima, não é de se estranhar o pequeno crescimento dos gastos da prefeitura com os servidores da educação municipal. No entanto, nesse caso, tivemos uma queda acentuada em 2017, uma queda estrondosa de 27,3%.

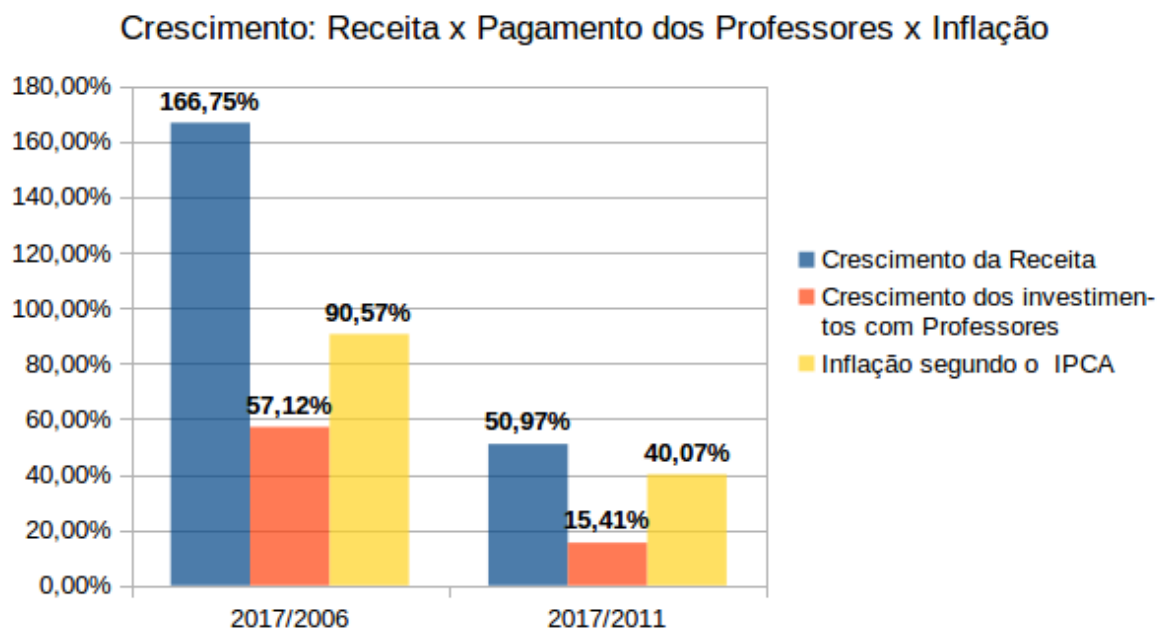
Gasto com Professores



Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

<sup>1</sup> Os dados que usamos foram oficialmente declarados pela prefeitura de Belo Horizonte ao FNDE. No entanto, existem indícios claros de erros nesses dados. Em primeiro lugar, não encontramos mudanças que justifiquem a queda abrupta nos investimentos com professores entre os anos de 2016 e 2017. Não houve uma variação muito sensível do quadro de profissionais por exemplo. O indício de erro mais contundente, no entanto, é o montante gasto com professores entre 2013 e 2016. Esse montante é idêntico, até nos centavos, ao total recebido pelo FUNDEB. Não há, *a priori*, nenhuma razão para isso, pois não existe vinculação direta entre o total recebido pelo FUNDEB e o total aplicado no pagamento de professores.

Para se ter uma ideia da dimensão do desnível entre o crescimento das receitas do município e do total investido para o pagamento dos professores, indicamos abaixo a variação percentual entre receitas, pagamento dos professores e inflação entre os anos de 2011 e 2017 e 2006 e 2017:



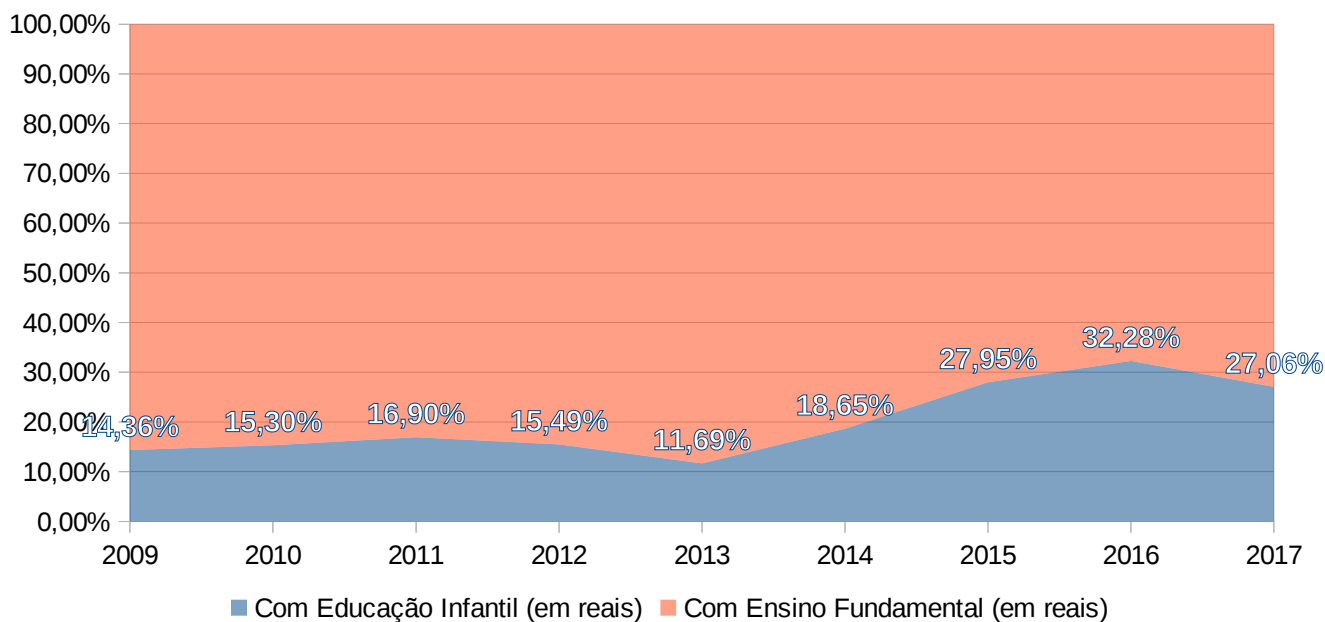
**Fonte:**Diário Oficial do Município, FNDE, IBGE e Tesouro Nacional. **Elaboração:** ILAESE

Como podemos ver, a diferença é assombrosa. Entre 2006 e 2017, temos uma inflação de 90,57% e um crescimento na Receita total da prefeitura de 166,75%. Nesse mesmo período o gasto com pagamento de professores foi reajustado em apenas 57,12%, ou seja, 3 vezes menos que a receita e quase a metade da inflação. O cenário é ainda pior entre 2011 e 2017, quando os investimentos nos professores cresceram apenas 14,41% sobre uma inflação de 40,07% e um crescimento na arrecadação da prefeitura de 50,97%.

## Investimentos nos docentes do ensino infantil e fundamental

Indicamos, agora, o percentual gasto com professores do ensino Infantil e Fundamental na rede municipal de Belo Horizonte.

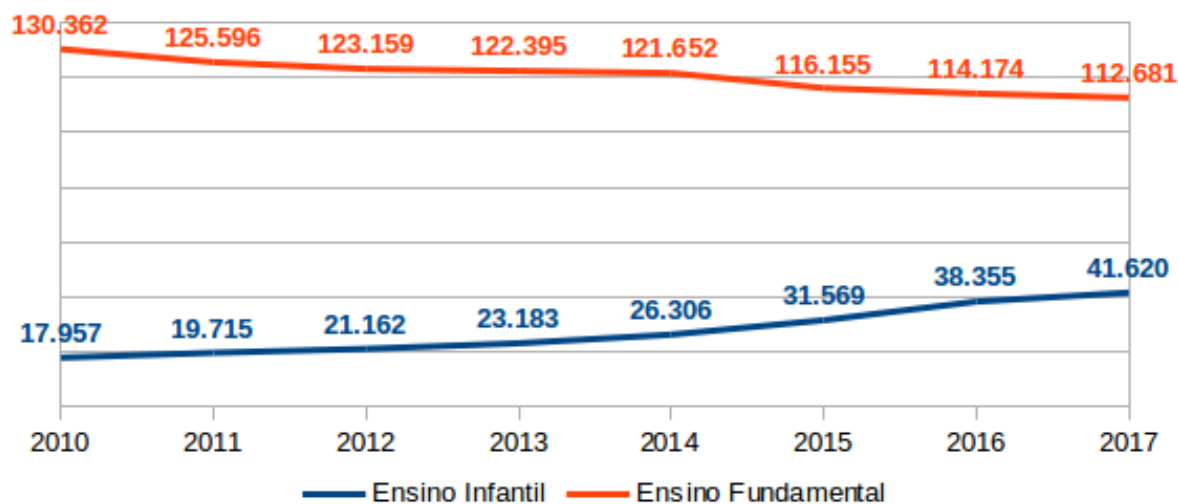
Gastos com professores do Ensino Infantil



Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, o percentual destinado aos professores do ensino infantil passaram de 14,36% para a casa dos 30%, sendo 27,06% em 2017. Isto não significa, de forma alguma, que a situação desses professores melhorou. Na verdade, é o contrário. Como indicam os dados do censo escolar, abaixo, enquanto o total de alunos matriculados no ensino infantil cresceu de cerca de 18 mil em 2010 para 41.620 matrículas em 2017, o total de alunos matriculados no ensino fundamental caiu de 130 mil para 112 mil no mesmo período.

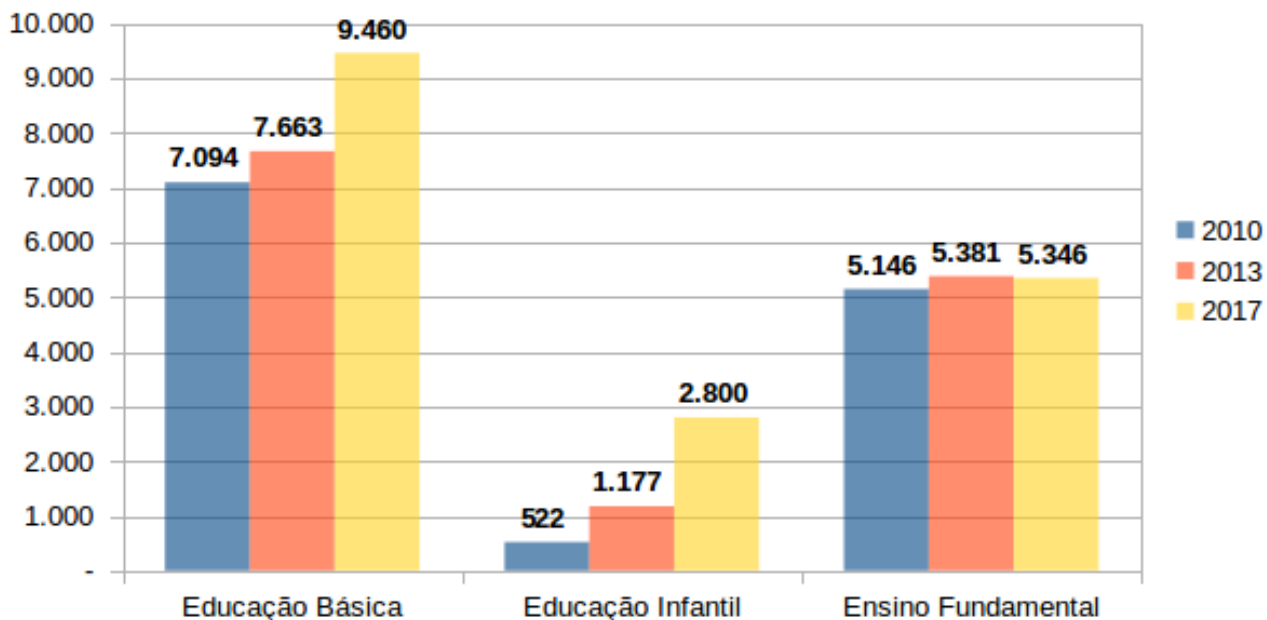
Alunos Matriculados



Fonte: Censo Escolar. Elaboração: ILAESE

O número de professores variou na mesma proporção. Como indicamos abaixo:

### Total de professores no ensino público municipal de Belo Horizonte

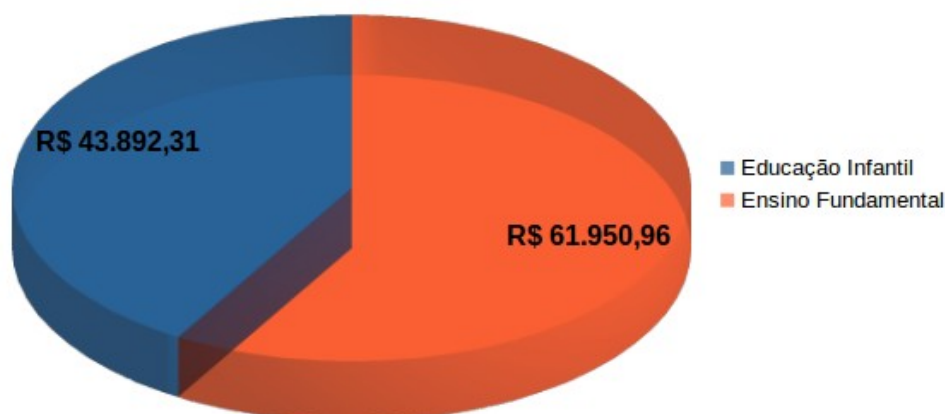


Fonte: Censo Escolar. Elaboração: ILAESE

Entre 2010 e 2017 o total de docentes no ensino municipal de Belo Horizonte variou de 7.094 para 9.460. No entanto, quase toda essa diferença se deve ao ensino infantil. No ensino infantil, o total de docentes passou de 522 para 2.800, um crescimento de cerca de 550%. Já no ensino fundamental, esse número permanece estável. Eram 5.146 professores em 2010, passando para 5.346 em 2017. Em verdade, esse número até caiu entre 2013 e 2017.

Se é verdade, portanto, que houve uma ampliação dos investimentos no Ensino Infantil, esses investimentos nem de longe acompanharam a evolução da extensão das matrículas nesse domínio. Se calcularmos o rendimento médio entre os professores do ensino infantil e fundamental na rede pública municipal de Belo Horizonte, vemos que existe uma diferença substancial entre a remuneração média de ambos os setores:

### Remuneração Média Anual - 2017 (em reais)





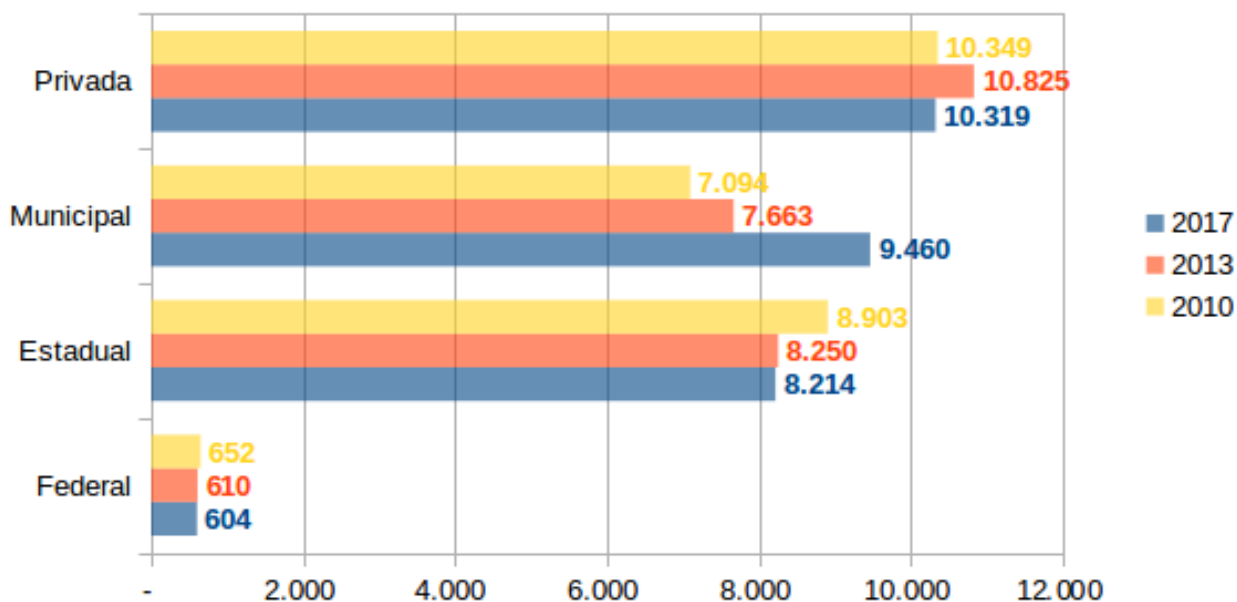
**Situação dos professores do ensino infantil é ainda mais precária do que a dos demais profissionais em Educação.**

## Composição do quadro de docentes de Belo Horizonte

Infelizmente, o detalhamento dos dados disponíveis relativos aos profissionais em educação do município de Belo Horizonte pelo Censo Escolar não permitem analisar, em vários casos, a composição específica relativa aos ensino público municipal. Esses dados abordam toda a educação de Belo Horizonte, seja estadual, municipal ou privada. Ainda assim, como a maior parte do ensino infantil e fundamental corresponde ao ensino público municipal, tais dados nos permitem ter vislumbre da situação específica dos docentes do ensino municipal.

O primeiro aspecto que indicamos diz respeito a distribuição dos profissionais em educação no setor privado, além do público municipal, estadual e federal. Os dados dizem respeito ao ensino básico, isto é, infantil e fundamental. Vejamos:

**Docentes por dependência administrativa**



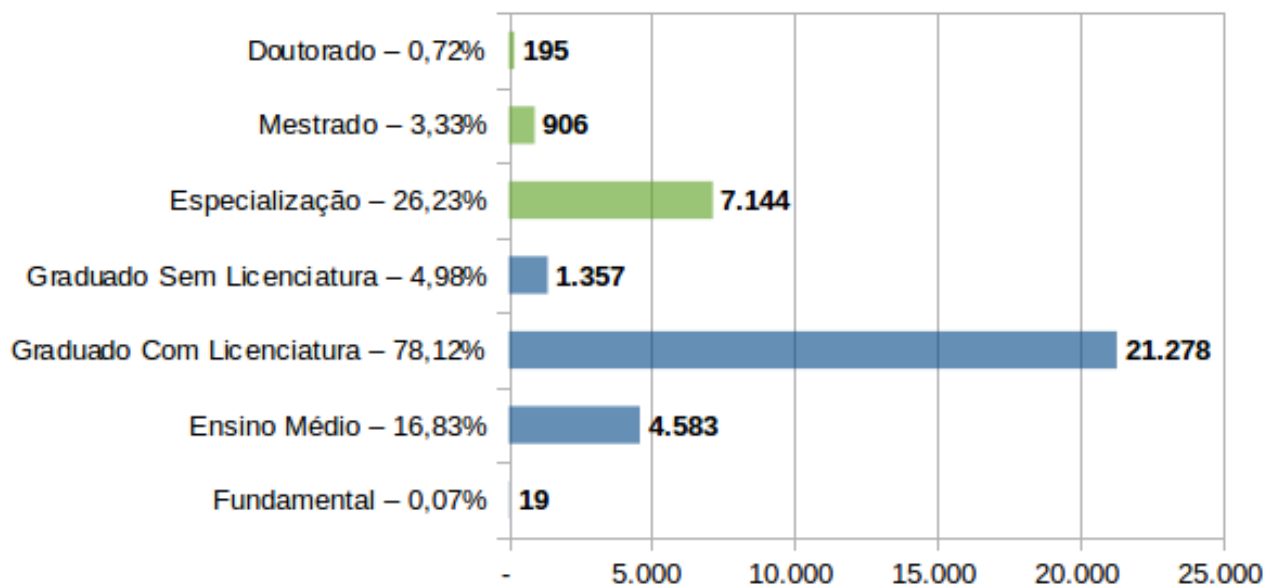
Fonte: Censo Escolar. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, o setor estadual apresenta clara tendência de queda no ensino básico (ensino infantil e fundamental), bem como o setor federal. A tendência é a incorporação do ensino básico pelo município, que passou de 7.094 docentes para 9.460. Um crescimento de 33%. No entanto, como vimos no item anterior, a maior parte desse crescimento é em função do ensino infantil. É notório também que o ensino privado, apesar de razoavelmente estagnado nos últimos 8

anos, emprega mais professores do que o ensino público municipal ou estadual. Esse cenário mostra como o avanço da iniciativa privada sobre a educação é algo consolidado.

Vejamos agora, como esses docentes se distribuem em conformidade com a respectiva formação:

### Docentes por formação no Ensino Básico (infantil e fundamental) de Belo Horizonte



Fonte: Censo Escolar. Elaboração: ILAESE

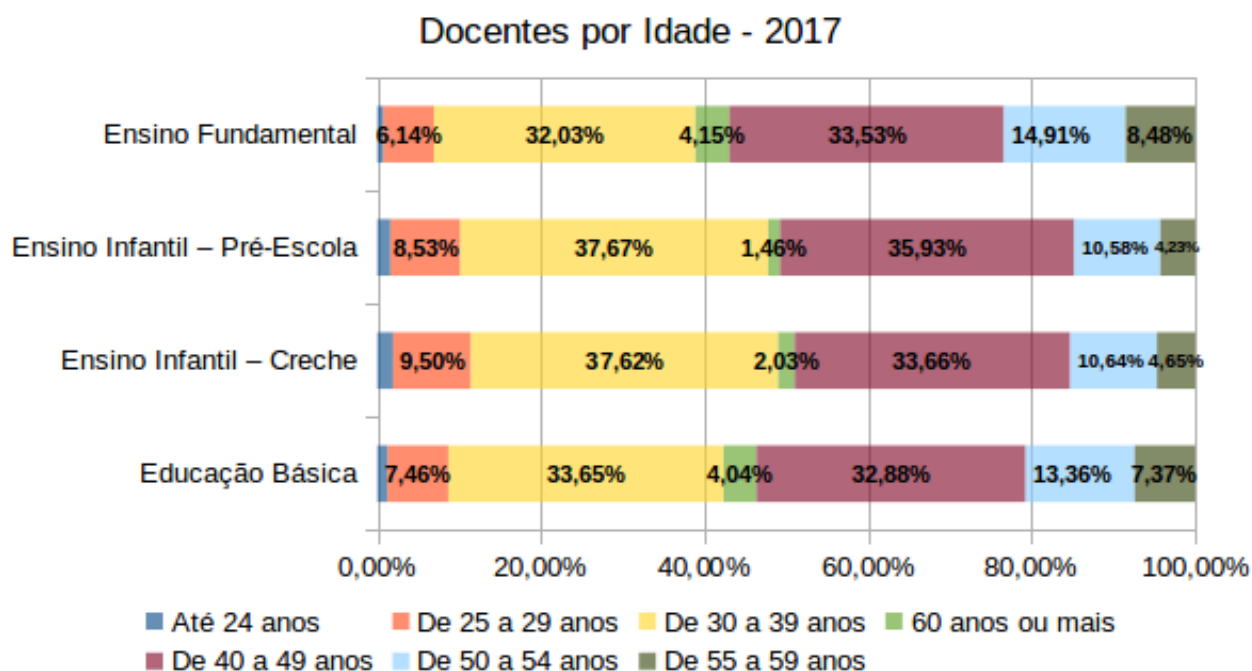
Como podemos ver, 78% dos professores do ensino básico são graduados com licenciatura. A quase totalidade dos profissionais do município se encontram exatamente nessa categoria, já que aqueles que possuem apenas Ensino Médio são, em sua quase totalidade, relativos aos contratos temporários na rede estadual. Dentre o total desses professores graduados, um terço aproximadamente possuem especialização. Já aqueles que possuem mestrado e doutorado representam uma fatia pouco significativa, mal chegam a 4% do total de professores que atuam no setor. Vejamos abaixo essa distribuição com mais detalhes.

	Número de Docentes – 2017								
	Total <sup>1-8</sup>	Escolaridade/Formação Acadêmica							
		Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior <sup>11</sup>					
				Graduação			Pós-Graduação		
			Total <sup>9</sup>	Com Licenciatura <sup>10</sup>	Sem Licenciatura	Especialização	Mestrado	Doutorado	
Pré-Escola	3.287	2	1.361	1.924	1.841	83	530	35	22
Creche	4.058	19	1.982	2.057	1.975	82	471	41	33
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	8.245	4	730	7.511	7.288	223	2.816	113	20
Ensino Fundamental – Anos Finais	7.385	1	283	7.101	6.777	324	2.479	348	39

Como podemos ver nos dados acima, mesmo considerando cada um dos subsetores da educação básica – creche, pré-escola, ciclos iniciais e final do ensino fundamental – o total de professores com Doutorado e Mestrado é pouco significativo. Em todos os casos, é expressivo o

total de professores com graduação e especialização, representando sempre cerca de 25% do total de graduados.

Indicamos abaixo a divisão dos docentes por idade, considerando tanto o ensino infantil como o fundamental.



	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	60 anos ou mais	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos
Educação Básica	27.237	337	2.032	9.166	1.101	8.955	3.639	2.007
Ensino Infantil – Creche	5.274	101	501	1.984	107	1.775	561	245
Ensino Infantil – Pré-Escola	3.905	63	333	1.471	57	1.403	413	165
Ensino Fundamental	14.719	110	904	4.715	611	4.936	2.195	1.248

Como podemos ver, existe uma diferença na composição por idade dos professores do ensino infantil e fundamental. No caso do ensino infantil cerca de 45% possuem menos de 40 anos. Já no caso do ensino fundamental, esse percentual cai para 38%. Ou seja, no ensino fundamental 62% dos docentes possuem mais de 40 anos. Esse quadro reflete a baixa reposição no setor público pela via do concurso, bem como uma faixa etária mais baixa no ensino infantil cuja maior expansão se deu nos últimos anos.

## 4 – FUNDEB é apenas uma receita complementar

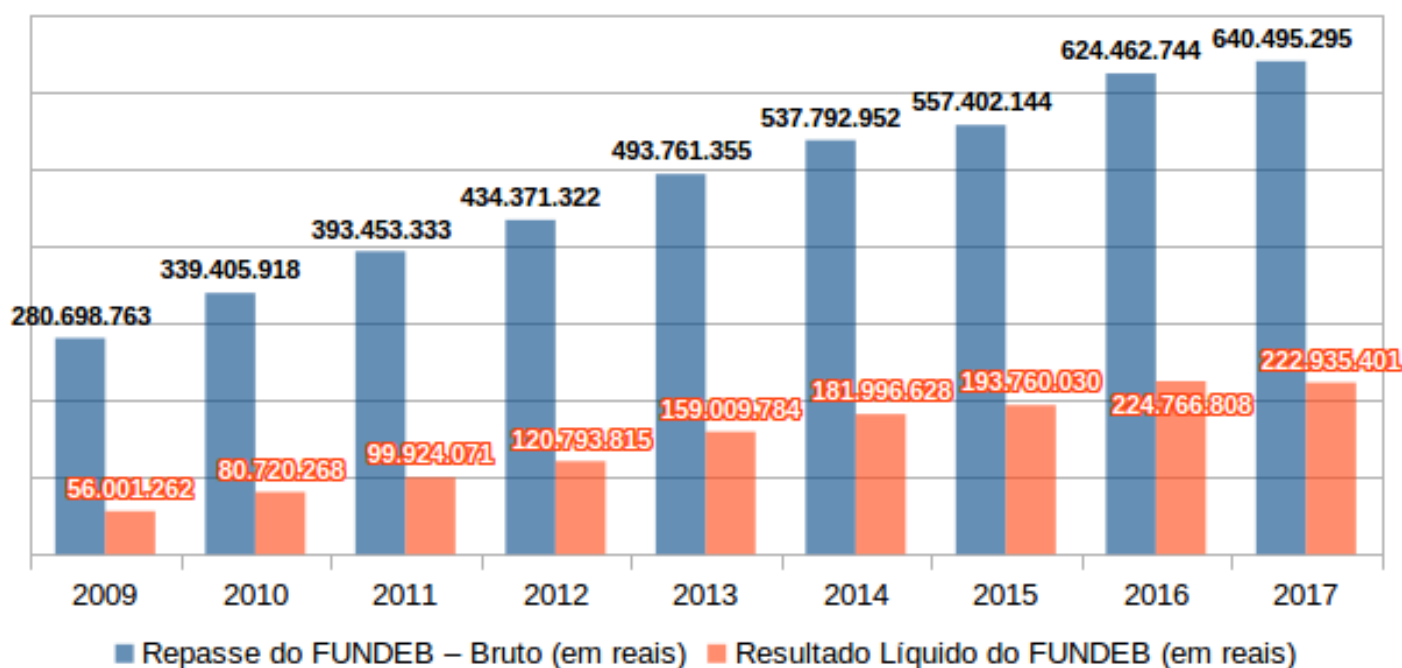
O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem sua origem em uma parcela de 20% que incide sobre os tributos arrecadados por todas as esferas de Governo, segundo um conjunto de regras preestabelecidas. Além disso, o Fundeb ainda recebe os recursos da chamada Complementação da União, por intermédio do orçamento do Ministério da Educação. Analisemos, em primeiro lugar, o impacto do FUNDEB no orçamento destinado a educação em Belo Horizonte, para, em seguida, analisarmos sua distribuição.

É importante deixar claro que o FUNDEB é apenas uma receita complementar para o financiamento da educação pública. A responsabilidade de financiamento da educação municipal é, por definição, da respectiva prefeitura. O FUNDEB é uma transferência da União que visa auxiliar nessa tarefa, mas não substitui, em nenhum sentido, as responsabilidades da administração municipal.

### Impacto do FUNDEB no orçamento da Educação

No gráfico e na tabela abaixo, podemos ver a parcela dos recursos oriundos do FUNDEB entre 2009 e 2017 em relação as despesas liquidadas em Educação.

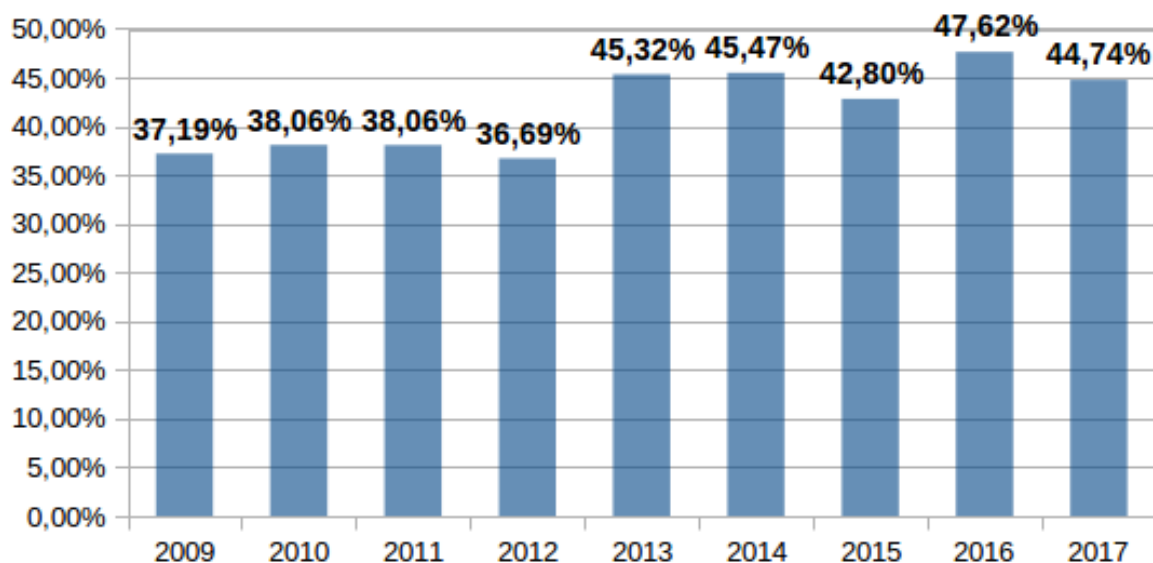
#### Repasses do FUNDEB - Bruto e Líquido



Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

Em termos percentuais, o impacto do FUNDEB na Educação pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo:

### Percentual do FUNDEB em relação ao total investido na Educação



Fonte: FNDE Elaboração: ILAESE

O que esses dados indicam é que o FUNDEB tem ocupado um espaço cada vez maior no financiamento da educação de Belo Horizonte. Isto significa que a prefeitura vem destinando, percentualmente, menos recursos para o setor. Desde 2013, vemos que o FUNDEB passou de cerca de 37% do montante investido na educação para cerca de 45%. Não é, portanto, coincidência, que a partir do ano de 2013 total investido na educação está sempre próximo do limite constitucional de 25%. Esse cenário se mantém desde 2013 até a administração atual.

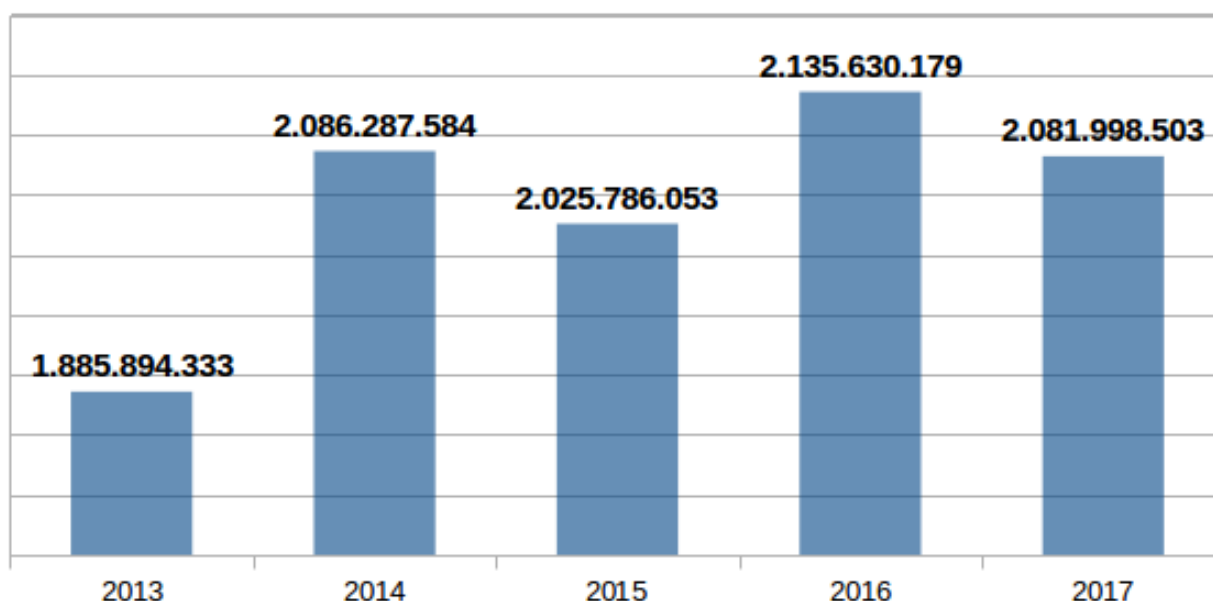
**A prefeitura de Belo Horizonte vem destinando, percentualmente, desde 2013, menos recursos próprios para a educação.**

## 6 – O avanço da terceirização

Ora, como vimos, existem espaços alargados para investimentos em Educação, bem como nos demais setores, na prefeitura de Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, os pisos constitucionais, particularmente o da Educação Básica, estão muito próximos do limite. Para onde, então, é destinado a maior parte dos recursos do município?

Uma das explicações principais é, certamente, a terceirização. Vejamos abaixo, em termos absolutos, o valor destinado para serviços terceirizados:

**Total de gastos em Terceirização (em reais)**



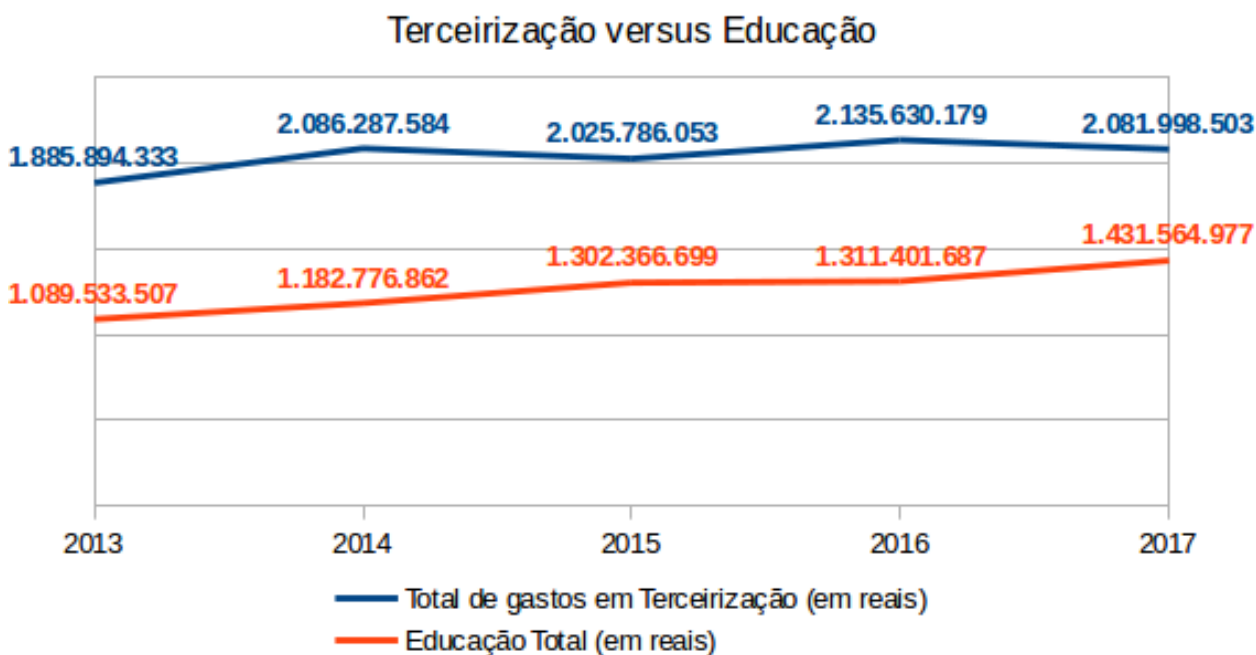
Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Como se vê, em 2017 foram gastos mais de dois bilhões de reais com terceirização, alimentando empresas privadas. Mas não somente. Os gastos em atividades terceirizadas na prefeitura de Belo Horizonte se encontram, também, entre os mais elevados do país. Entre todas as capitais e as cidades com mais de 1 milhão de habitantes, Belo Horizonte apresenta o nono maior gasto com terceirização do país, sendo o mais elevado da região sudeste:

Município	TERCEIRIZAÇÃO				Valor total gasto em 2016
	Percentual da TERCEIRIZAÇÃO em relação à Receita Total				
	2016	2015	2014	2013	
CAMPINAS	36,25%	28,94%	31,52%	25,83%	R\$ 1.491.107.182,44
SALVADOR	33,88%	30,50%	29,55%	21,65%	R\$ 1.975.553.468,45
CURITIBA	26,34%	27,93%	31,50%	34,01%	R\$ 2.067.486.528,98
FORTALEZA	24,55%	26,54%	26,77%	26,92%	R\$ 1.627.122.765,34
BELÉM	24,17%	28,89%	33,70%	26,54%	R\$ 674.289.024,50
ARACAJU	21,46%	26,59%	26,83%	26,23%	R\$ 369.002.685,95
RECIFE	21,46%	22,19%	23,78%	25,85%	R\$ 913.736.887,69
NATAL	20,89%	23,65%	NI	NI	R\$ 431.912.682,29
BELO HORIZONTE	20,84%	22,47%	22,39%	22,06%	R\$ 2.135.630.179,14
TERESINA	20,39%	23,91%	24,20%	24,22%	R\$ 598.203.457,46
PORTO ALEGRE	20,17%	21,33%	23,96%	24,08%	R\$ 1.203.100.900,86
SANTOS	19,02%	1,88%	23,42%	23,04%	R\$ 465.459.695,87
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	18,32%	21,47%	29,88%	29,17%	R\$ 522.282.439,29
OSASCO	18,02%	19,09%	16,94%	16,92%	R\$ 367.291.902,79
SÃO PAULO	17,82%	18,04%	24,18%	24,12%	R\$ 9.226.617.463,49
CONTAGEM	17,45%	19,02%	19,25%	19,50%	R\$ 274.190.400,48
SÃO LUIS	15,23%	17,62%	21,08%	20,21%	R\$ 403.056.120,83

**Terceirização representa um quinto dos gastos da prefeitura de Belo Horizonte, atingindo mais de 2 bilhões de reais.**

Para se ter uma ideia, comparamos abaixo o total investido em educação com o que foi gasto com terceirização entre 2013 e 2017. Como podemos ver, o montante gasto com atividades terceirizadas sempre superam o total investido na educação:



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

## Conclusões

**Não faltam recursos para a prefeitura investir na Educação. Desde 2006, a Receita total do município cresceu mais de 166% enquanto a inflação foi cerca de 90%.**

**A Lei de Responsabilidade Fiscal, embora absurda, não é desculpa para falta de investimento nos servidores públicos em Belo Horizonte. O espaço que existe para maiores investimento é muito significativo: cerca de 874 milhões de reais apenas em 2017. É uma das situações mais cômodas entre as grandes cidades brasileiras.**

**Os gastos em Educação básica estão próximos do piso mínimo constitucional, de 25%, e apresenta tendência de queda.**

**As transferências do FUNDEB ocupam um espaço cada vez maior nos investimentos em Educação. Isso significa que a prefeitura tem destinado cada vez menos recursos próprios para os setor.**

**A educação infantil teve grande crescimento de vagas nos últimos anos sem que o total investido acompanhe o aumento da demanda.**